

MANOBRAS NO CONGRESSO

Senado ignora Constituição e privilegia Minas

Permissão para emitir títulos forçará aumento de impostos na reforma tributária, diz Kleinunbing

JOSÉ CASADO

O governo de Minas Gerais vai ampliar sua dívida em R\$ 500 milhões com o lançamento de novos títulos no mercado financeiro, nas próximas semanas, em uma operação que é expressamente proibida pela Constituição. A Secretaria da Fazenda de Minas confirmou, na sexta-feira, a decisão do governo estadual de lançar novos títulos no mercado. Fez a ressalva de que ainda não definiu a data.

A emenda constitucional nº 3 proíbe (artigo 5º) que os governos estaduais e municipais aumentem sua dívida por meio do lançamento de novos títulos mobiliários, até o último dia desta década.

Ela foi produzida pelo Congresso depois da constatação de que, a partir da vigência da Constituição (1988), os governos estaduais e municipais praticamente duplicaram suas dívidas, através do sucessivo lançamento de novos títulos no mercado. A dívida de Minas em títulos, especificamente, já chega a US\$ 5 bilhões.

Mesmo assim, o governo de Minas conseguiu do Senado uma autorização — sua bancada apresentou e os senadores aprovaram uma resolução no fim da tarde da última sexta-feira de junho, minutos antes do início do recesso legislativo. O Banco Central avaliou o pedido do governo mineiro.

“Estamos diante de um novo capítulo desse conluio entre governos e instituições financeiras para sustentar a especulação em cima dos juros”, comenta o senador Wilson Kleinunbing (PFL-SC), líder governista, um dos poucos que votou contra a aprovação do pedido de Minas. “Vamos tirar mais dinheiro do povo, pagando juros cada vez mais

altos, para dar àqueles que têm dinheiro para emprestar aos governos e lucram com a alta dos juros.”

Acrescenta: “De uma só vez, o Senado atropelou a Constituição, criou um precedente perigoso, aumentou a dívida pública, deu impulso à inflação e marcou para o ano que vem — por ocasião da re-

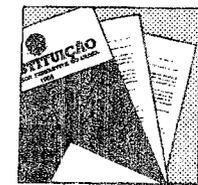
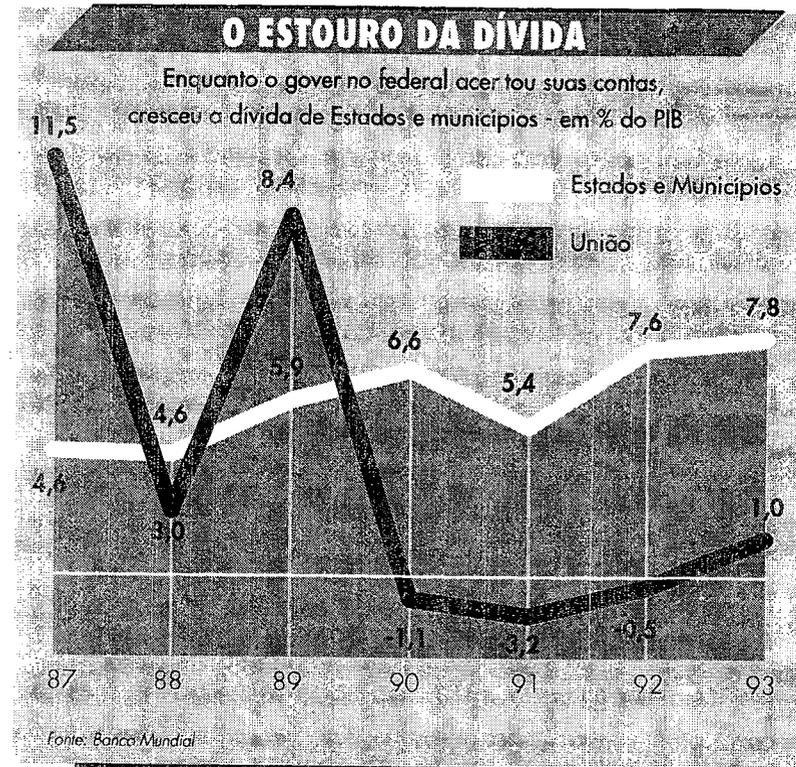
forma tributária — um aumento de impostos, que vai ser necessário para poder garantir a liquidez do sistema financeiro, já atolado por títulos incobráveis dos Estados e municípios. Depois disso, ninguém mais no Senado vai ter autoridade para subir à tribuna e reclamar das altas taxas de juros.”

O aumento na dívida dos Estados e municípios, que motivou a proibição constitucional, foi fator decisivo para a ampliação do déficit nas contas do setor público na primeira metade dos anos 90. O déficit tem impulsionado a inflação. Os governos estaduais e municipais mergulharam em uma ciranda financeira: não têm receita suficiente pa-

ra pagar as dívidas acumuladas e nem as despesas correntes — como os salários de seus funcionários —, e, cada vez que recorrem ao mercado financeiro, só conseguem dinheiro pagando custos mais altos. Há seis meses, por exemplo, Maranhão, Piauí, Paraíba e Alagoas pagavam juros de 8% acima da inflação. Agora, pagam taxas de 20%.

Ao autorizar Minas Gerais a emitir novos títulos mobiliários, o Senado, na prática, contrariou suas próprias decisões anteriores, inclusive uma decisão tomada 48 horas antes por sua Comissão de Assuntos Econômicos — a de não permitir que um Estado ou município passe um ano inteiro sem pagar uma parte de sua dívida.

Ao mesmo tempo, abriu um importante precedente — agora, todos os outros 26 Estados podem pedir idêntica regalia. Representantes de 15 Estados no Senado já



**OPERAÇÃO
VAI AMPLIAR
DÉBITO EM
R\$ 500 MILHÕES**

**SENADORES
DE 15 ESTADOS
JÁ AVISARAM
QUE FARÃO
PEDIDOS
SEMELHANTES
EM AGOSTO**

tantes de 15 Estados no Senado já anunciaram que, em agosto, apresentarão pedidos de autorização para aumento da dívida de suas regiões, via emissão de novos títulos mobiliários.

Minas usou um artifício para obter a autorização do Senado. Durante o primeiro semestre deste ano pagou 11% de sua dívida e “rolou” o restante, ou seja, trocou 89% dos títulos que estavam vencendo por papéis com prazo mais longo de vencimento.

Em junho, o governo mineiro apresentou ao Senado dois pedidos. Em um deles, solicitava autorização para “rola-

gem” de 100% da dívida a vencer no segundo semestre. No outro, pedia para “rolar” toda a dívida já vencida no primeiro semestre.

O governo Eduardo Azeredo (PSDB) tentava “resgatar” os 11% que já havia pago. Através da emissão de novos títulos. “Só queríamos ter algum benefício, por sermos um Estado adimplente, que sempre pagou todos os seus compromissos financeiros”, justifica Álvaro Cunha, assessor da Fazenda.

A manobra deu certo, no final da tarde de 29 de junho, uma sexta-feira, momentos antes do início do recesso legisla-

tivo. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) foi relatora do pedido do governo mineiro no plenário, justificando-o com “as dificuldades financeiras conjunturais” e afirmando que “o Banco Central se pronunciou favoravelmente” — conforme consta da ata da sessão. Habitualmente, o BC produz para o Senado um parecer sobre cada pedido dos governos estaduais e municipais para negócios no mercado financeiro.

Alguns poucos senadores protestaram, alertando para a inconstitucionalidade e para as consequências perigosas da aprovação desse pedido na política de estabilização inflacionária.

A maioria, porém, resolveu apoiar o pedido de Minas Gerais, com o argumento que esse é o caminho político para “resolver” as dificuldades dos governadores e prefeitos de suas regiões para investir em novas obras.

Predominou a preocupação de natureza eleitoral: a partir do ano que vem, o País entra em um novo ciclo político. Nos 24 meses seguintes, o eleitorado vai definir 5,2 mil prefeitos, 27 governadores, 5 centenas de congressistas e o sucessor do presidente.

A ata da sessão, presidida pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), mostra que a decisão foi tomada de forma tão rápida que alguns nem perceberam: “Senhor presidente, irei enviar um requerimento à Casa para que instalem, na minha poltrona, um botão com injeção eletrônica, porque não deu tempo nem de pensar em me levantar” — reclamou o senador Osmar Dias (PP-PR), que pretendia votar contra o pedido de Minas.

E assim, o mesmo Senado que levou cinco horas para decidir se dava ou não o nome do senador João Calmon a uma de suas salas, gastou apenas alguns segundos para aumentar a dívida pública.